

FÓRUM DE DISCUSSÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS: REIVINDICAÇÕES E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Autores: Alisson Silva da Costa

Deise Ramos da Rocha

Graduandos em Pedagogia, Universidade de Brasília

Contatos: vpnunb@yahoo.com.br

deise.rocha@hotmail.com

Eixo Temático: Incorporación curricular de la extensión.

O trabalho ora aqui apresentado pretende fazer uma análise das discussões e resultados gerados através do “Fórum Permanente para a Promoção e Humanização da Permanência dos Estudantes Indígenas da Universidade de Brasília”, promovido em parceria entre o Programa de Educação Tutorial em Educação – PET-Edu e a Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal – AAIDF, ambos da Universidade de Brasília.

Os estudantes indígenas ingressaram na Instituição referida através de um convenio firmado com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que culminou em um processo seletivo que visava abranger as especificidades contidas na formação de tais estudantes. Porém tais especificidades após o ingresso destes estudantes não foram levadas em consideração.

Desta forma o fórum surgiu em decorrência da carência na Assistência Estudantil a estes estudantes, tendo como objetivo apurar, analisar e construir junto às instâncias responsáveis, políticas públicas de ações afirmativas para a permanência e manutenção destes sujeitos, oriundos de diversas comunidades brasileiras, a se estabelecerem na Universidade, e ainda, combater o descaso com os participantes desse convenio.

Abordamos também, uma análise e discussão sobre a Educação Indígena no espaço de Ensino Superior – sobre como se tem dado a formação desses estudantes, não apenas a partir da Assistência Estudantil, mas como políticas e didáticas educacionais para uma educação que leve em conta os princípios, conceitos e cultura das diversas etnias indígenas presentes na Instituição; e de como esses sujeitos são vistos pela comunidade universitária, e ainda, de como os mesmos percebem o espaço a que estão inseridos, na Universidade de Brasília.

Palavras Chave: Educação, Multiculturalismo, Permanência, Autonomia, Direito.

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO BÁSICA INDÍGENA NO BRASIL

Nos últimos anos tem ocorrido no Brasil um crescimento significativo do número de escolas de educação básica indígenas. Dados comparativos do INEP/MEC apresentam que em 2003 havia cerca de 117.171 alunos frequentes em escolas indígenas. Em 2006, esse número sobe cerca de 48%, passando a 174.255 estudantes. São 57.084 alunos a mais matriculados nas escolas indígenas – um terço a mais do total levantado em 2003, espalhado pelo território brasileiro. Esse aumento se deu por causa do aumento de ofertas de vagas. Aumentam-se essas vagas, e conseqüentemente, aumenta-se o número de estudantes – já que a oferta ainda é inferior a demanda real.

Há na história brasileira uma luta comunal dos povos indígenas, pelo acesso à educação pública, que mantenha qualidade e respeito às diversas culturas. Fatores como o reconhecimento da educação como um direito de todos e como ferramenta de construção de projetos societários, somados a ações contínuas da Secadi (Secretaria de Ação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), Undime (União dos Dirigentes Municipais da Educação) e Consed (Conselho Nacional de Educação), se somaram na contribuição para a expansão desse processo, buscando a qualificação na educação indígena, investimento financeiro por parte governamental, apoio aos estudantes através de programas de assistência estudantil; investimentos expressivos nas escolas indígenas e na formação de professores capacitados em trabalhar educação culturada e respeitosa a esses saberes, nas comunidades. Além da parceria FUNAI e MEC – essenciais para dar andamento nesse processo.

O que presenciamos, mesmo com tantos “avanços” na educação indígena, percebemos a aplicação de uma educação vista como precária. As pesquisas também mostram um retrocesso na matrícula de alunos no ensino infantil e fundamental, em que, 1 (um) a cada 3 (três) estudantes que ingressam no ensino fundamental, conclui o curso. E de cada 16 ingressantes no ensino médio, apenas 1(um) conclui.

A realidade é que muitas escolas indígenas acabam ficando subalternas às políticas dos municípios a que estão ligadas, negando a participação política e pedagógica das tribos indígenas nesse processo, e o direito das tribos de se integrarem e construir o projeto político pedagógico das escolas indígenas, e no planejamento pedagógico, remetendo professores e estudantes dessas escolas, a receberem um projeto pronto, sem qualquer consideração a cultura indígena da comunidade local, em moldes padronizados da educação das escolas urbanas brasileiras.

Também não há escolas suficientes, principalmente de ensino médio, o que obrigam muitos a se deslocarem até uma escola pública mais próxima da aldeia – levando, muitas vezes, a família a migrar para o espaço urbano – e receber uma educação que não se aproxima da cultura e costume de sua comunidade. Esse fator ainda traz consequências que atingem diretamente na auto-estima do estudante indígena, e que passam por taxações preconceituosas e induções que os fazem negar sua origem, identidade e cultura, diante da sociedade “branca”.

Embora as políticas públicas para uma educação indígena tenham tido avanço no interesse em se democratizar, ainda há muitas falhas vertentes na educação indígena – e que muitas vezes não trazem um retorno significativo ao coletivo da tribo. Esses fatores anunciados acima, sobre a precariedade da educação indígena, nos respondem o porquê de haver tantas desistências na educação básica indígena.

Esses pontos foram levantados para que possamos entender os processos pelos os quais os estudantes indígenas podem passar, até chegar a educação de ensino superior – na qual trataremos nesse trabalho, como se tem se dado o processo de inserção destes estudantes na Universidade de Brasília.

EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA

Assim como na Educação Básica, a inserção dos estudantes indígenas no ensino superior não tramita de modo a respeitar toda a especificidade de sua cultura e formação. Os indígenas que tem a base de sua formação consolidada a partir de suas relações com a natureza, tradições e os membros de suas respectivas aldeias, se deparam com espaços de educação formal que não valorizam e reconhecem tais fatos, e acabam dando um caráter uniformizador para a educação desses indivíduos.

No Ensino Superior, estes fatos se repetem. As Instituições de Ensino Superior não estão preparadas para receber e trabalhar pedagogicamente com tais estudantes. Ainda temos um ensino totalmente desvinculado da cultura que esses discentes trazem consigo, como a visão que valoriza o conhecimento científico produzido, e deixa à margem os saberes tradicionais da população.

No convenio firmado entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Universidade de Brasília (FUB) em 2004, almeja, a partir de uma política de ação afirmativa, introduzir os estudantes de diversas etnias. Este processo teve inicio ainda em 2004, com a transferência facultativa dos indígenas, que já cursavam ensino superior em setores

privados, através de prova de conhecimentos em matemática e língua portuguesa. O convênio marcou a UnB como pioneira em realizar vestibular específico, com vagas reservadas nos cursos para os indígenas; além da ação ser parte do Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial, da própria universidade em questão. Em 2005, ocorre o primeiro vestibular indígena da UnB, ainda com o formato de prova de conhecimentos em matemática, língua portuguesa e redação com temáticas relacionadas a questões indígenas. Esta configuração figura até meados de 2009, quando o vestibular indígena agregou os conteúdos de física, química, geografia, história e biologia.

A parceria firmada entre FUNAI e UnB, tem a previsão de que num prazo de dez anos desde a data firmada, sejam graduados cerca de 200 estudantes indígenas na instituição. Dentro destas perspectivas o vestibular indígena da UnB oferta anualmente até 20 vagas destinadas aos estudantes que comprovadamente se declaram indígenas. Estas vagas estão dispostas nos cursos de Agronomia, Enfermagem e Obstetrícia, Engenharia Florestal, Medicina e Nutrição.

DA PROBLEMATICA AO ESPAÇO DE DISCUSSÃO E PRÁTICAS

O Fórum surgiu a partir das reuniões do CPAIE (Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingresso Especiais), onde os membros reconheceram a necessidade de estabelecer um diálogo com os estudantes indígenas a fim de conhecer e melhor trabalhar a assistência destinada a eles. Com isso o CPAIE procurou a parceria com o PET-Edu para condução inicial deste trabalho.

É desenvolvido com o objetivo de promover um espaço permanente de discussão para levantamento de demandas de natureza material, acadêmica e humana, enfrentadas pelos estudantes indígenas no processo de inserção, adaptação e permanência na universidade. Também tem o intuito de acompanhar e avaliar as ações propostas e encaminhadas no coletivo do fórum, além de gerar um espaço de mediação de conflitos entre estudantes-estudantes e estudantes-instituição; e permitindo a interação no relacionamento interpessoal entre os sujeitos envolvidos no processo.

Como metodologia de construção desse espaço, adotou-se o diálogo como norteador para o desenvolvimento das atividades. São utilizadas estratégias básicas de educação popular. Os encontros são constituídos por momentos de místicas como atividades de interação, no início e ao término de cada encontro, possibilitando uma maior aproximação entre os sujeitos que compõem o espaço de discussão. O desenvolvimento dos encontros é interado por dinâmicas de discussão em pequenos grupos e no coletivo por

inteiro, de acordo com pautas levantadas para o debate a ser realizado no dia. Essas pautas e demais enfoques de cada encontro são definidas com o coletivo, ainda no espaço do debate, quando as atividades estão findando. Vale ressaltar que apenas a pauta do primeiro encontro é que foi definida pela equipe executora responsável no dia. Esses enfoques possuem a finalidade em diagnosticar, planejar e avaliar as diversas situações apresentadas.

O planejamento das atividades, a execução e sistematização de propostas e das atas de cada encontro ficam a cargo de uma equipe executora, com representantes da AAI-DF e PET-Edu, em uma rotatividade estabelecida em comum acordo com o grupo, ao término de cada encontro. É interessante ressaltar essa dinâmica de condução das atividades, pois, desenvolver um sentimento de pertencimento, compromisso, e a construção coletiva do espaço.

Inúmeros problemas enfrentados pelos estudantes indígenas foram relatados no decorrer dos fóruns, questões de conflito que surgem da política de ação afirmativa, firmada entre a FUNAI e a UnB, que desconsideram todas as especificidades dos estudantes contemplados por este convênio. Questões básicas como o acesso e permanência destes sujeitos que se deslocam de diversas localidades do país para estudar em uma instituição de ensino que trata de forma uniforme todos os estudantes que nela ingressam não são levantadas. A universidade não reflete, muito menos propicia algum instrumento que facilite o processo de adaptação e construção de vínculos ou um método para que os estudantes possam minimizar o choque cultural de sair de sua comunidade para a quarta maior cidade do país.

Dentro desta nova realidade encarada por estes estudantes perante suas relações pessoais com a sociedade que estão se inserindo e a própria complexidade do novo espaço geográfico, com todo estereótipo que o índio no Brasil carrega, e a ausência de um acompanhamento pelos órgãos responsáveis pela sua inserção neste novo ambiente, traz consigo dados de evasão, baixa auto-estima, baixo rendimento acadêmico na própria relação sócio-cultural e problemas com drogas, que acabam se tornando um refugio para a situação enfrentada.

Nas relações cotidianas de sala de aula se remetem a situações que os desestimulam ainda mais. Encontram professores despreparados e preconceituosos para trabalharem com toda a diversidade cultural que um espaço de formação como a academia pode oferecer. Isso porque a universidade fecha os olhos para os saberes tradicionais e populares, exaltando o conhecimento científico produzido, não ponderando a base de formação que estes estudantes carregam, aonde a prática antecede a teoria ao contrário do

processo que é *endeusado* da relação teoria-prática, que em sua maior parte se limita somente a teoria.

De toda essa relação ainda temos que questionar outros fatores, como por exemplo, a cobrança/pressão efetuada junto aos docentes indígenas. No convenio os estudantes atendidos recebem uma bolsa de 900 reais paga pela FUNAI, destinada aos gastos com moradia, alimentação, transporte e qualquer outra despesa que possuam. Valor este que pode se classificar como ilusório diante da realidade econômica da cidade de Brasília, o que acarreta na grande distancias entre a universidade e a moradia dos estudantes. O que prejudica o rendimento acadêmico dos mesmos.

Ainda na perspectiva do rendimento acadêmico dos estudantes e o apoio financeiro que recebem, surge um novo dilema: o indígena que ingressa na universidade a partir deste convenio é obrigado a cumprir algumas metas que não condiz com a realidade nem dos estudantes que não são indígenas. O convenio cobra um índice de aprovação que chega a ser mais elevado do que o solicitado pela própria UnB, e estabelece prazos para que os mesmos se graduem sob constantes ameaças de perda do auxílio concedido pela FUNAI.

Diante dessas e outras denúncias apresentadas, surgem também sugestões de encaminhamento, para tentar solucionar aos problemas apresentados. Entre as discussões levantadas, ao longo dos fóruns, foram propostas de medidas de curto e longo prazo. As discussões geraram na proposta de construir um espaço semestral de encontro em que coordenadores de cursos, professores e os estudantes indígenas, na tentativa de aproximar a universidade da cultura, saberes e questões particulares que condizem as necessidades dos estudantes indígenas. Também fora criado pauta reivindicativa de um acompanhamento psicopedagógico de auxílio a eles, para acompanhamento não apenas acadêmico, mas psicológico e emocional.

Um ponto característico de resultado das reflexões é o fato de terem que passar por dois processos avaliativos sobre o rendimento acadêmico, sendo um instituído pela FUNAI e outro pela UnB, os levando a concluir que o processo avaliativo, bem como as ações de atendimento e acompanhamento desses estudantes devem se dar de forma única: pois há um único convênio firmado entre as duas instituições, e portanto, se conhece a necessidade das mesmas desenvolverem um processo de trabalho mais em conjunto, junto aos estudantes indígenas. Além de também da criação de um relatório de análise, por parte de todos os sujeitos envolvidos nesse processo, em relação ao convênio, avaliando-o de forma participativa, e ainda criando-se, através desse relatório, uma política pública de

inclusão e permanência institucional, em acordo com as demandas reais, vivenciadas pelos estudantes no dia-a-dia.

Há também uma necessidade de se vivenciar na prática, dentro das comunidades indígenas, a execução de projetos de interferência social. Para tal, foi montado uma ação semestral, em que uma das comunidades, cuja há representante/s matriculado/s na instituição, seja escolhida para que o grupo possa estar indo até ela, conhecendo as diversas comunidades, e retornando para as comunidades, todo o investimento que elas também fazem na formação destes estudantes. Ou seja, além da compreensão da necessidade da prática ser vivenciada em suas comunidades, é a perspectiva do retorno social, já no processo de formação, fortalecendo o processo de retorno destes estudantes, as suas comunidades, ao se formarem.

Foram várias as demandas e sugestões levantadas, ao longo de um ano de discussão, debates, propostas e ações, sempre construídos em processo coletivo. Em meio a tudo isso, ainda se trabalha para a mobilização e o envolvimento de mais sujeitos – sejam oriundos das comunidades indígenas, sejam os demais sujeitos da Universidade de Brasília – na construção desses espaços, criando-se inclusive, projetos de envolvimento e (re)conhecimento da cultura e saberes indígenas, e da importância desse espaço, entre os próprios estudantes indígenas, como também para com a comunidade acadêmica. Entre os projetos, está a proposta de um cine debate sobre filmes e documentários que mostram o histórico e a realidade indígena, no Brasil, na atualidade e ao longo dos séculos, bem como a chegada desses sujeitos ao espaço acadêmico que tanto se limita a ciência por ciência, ignorando os saberes pessoais, como levar esse fórum para espaços diferenciados de interação e construção coletiva.

Ressaltamos essa prática como importante para o decorrer da formação político-acadêmico dos estudantes indígenas, no âmbito de reconhecerem e refletirem sobre seus deveres, mas também sobre seus direitos, buscando ações concretas de que elas de fato ocorram, entendendo como se dão os processos burocráticos, e em como resolvê-los, criando espaços participativos e propostas de ações avaliativas e afirmativas sobre as várias demandas que vão surgindo. Esse aprendizado, pode ser levado ainda como experiências, para as suas respectivas comunidades, viabilizando uma melhor organização, buscando alternativas que solucionem os vários problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, hoje, no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo reconhecida perante o Estado, a Educação Indígena é uma luta diária de indígenas, estudiosos e defensores deste setor. O que quero dizer é os índices levantados apresentam dados significantes para o MEC/Estado, mas não para estes sujeitos envolvidos diretamente nesse processo.

Primeiro, consideramos importante que a universidade esteja preparada, ou ao menos se esforce para se desenvolver a partir das alteridades. Entendemos aqui a alteridade como liberdade do sujeito ser ele próprio, a partir da adoção de uma pedagogia libertária. Ou seja, uma educação que permite o sujeito ser ele próprio, construída em uma relação de diálogo, onde o coletivo também é entendido como singularidade do particular do sujeito – e que carrega em si a história e a cultura de seu povo, como identidade e constituição do que se é na comunidade/sociedade. É uma ação que não se preocupa em formar um sujeito individual e padronizado. Mas sim um sujeito ciente da sua alteridade, da identidade de seu povo.

Essa ação pedagógica é caracterizada na forma em como se é transmitido o conhecimento para os membros de sua comunidade/sociedade, integrados a uma relação entre os círculos relacionados entre si, e, portanto, fundamentais para uma cultura integrada, caracterizados como sendo a língua, a economia e o parentesco.

A prática tem se dado de forma insuficiente, tornando necessário que as escolas sejam espaço de origem de movimentos de resistência e reivindicações na perspectiva de influenciar no desenvolvimento de um sujeito político, ciente de seus direitos, e que sabem como lutar por eles, e como atuar perante o Estado e a sociedade envolvente, sem riscos de perder a alteridade particular e a alteridade de seu povo. Essas demandas, agora, chegam ao espaço da universidade.

Essa alteridade tem sido desfigurada quando entra na padronização de um currículo educacional, e na própria formação de professores que estarão trabalhando com a educação indígena. A sociedade, em especial a sociedade brasileira, em sua constituição formativa educacional, que vai desde a educação infantil até a formação profissional, prepara o sujeito como mais um indivíduo para atuar no mercado de trabalho, buscando alcançar metas e objetivos próprios, descartando demandas e importâncias do coletivo a que está inserido, como a também a própria individualidade, desfigurando a alteridade “*tão bonita de se vê e de se viver nela*”. A padronização dessa educação, quando chega às tribos/aldeias indígenas, descarta saberes e cultura próprias do povo, desconstruindo a individualidade dos sujeitos e da comunidade, bem como desfigurando a própria identidade

indígena, não se levando em conta, nem mesmo em como a aldeia se relaciona com a sociedade dos “brancos” e com outras comunidades indígenas, ou mesmo de como se sentem, e em que se formam nessa pedagogia tradicional.

O alarmante é que as universidades têm tomado posicionamento em fechar os olhos para essas comunidades. Se propõe em condicionar uma formação para os indígenas do Brasil, mas se nega em tomar posicionamento frente as demandas e necessidades das próprias comunidades indígenas, se remetendo apenas ao papel de forma profissionais, sem preocupar em como levar um retorno social aos povos indígenas.

A politização desses estudantes se faz necessária e importante para que esses estudantes ajudem suas comunidades a se envolverem no processo, na constituição e no plano de ação pedagógica da formação tanto na educação básica, quanto no ensino superior; além de outras lutas que vão surgindo, como condições saudáveis e qualitativas de vida, as ocupações de terras (problema seriamente enfrentado pelas comunidades indígenas que travam uma luta diária na proteção de seus espaços, e ainda, das reservas naturais), e nas questões educacionais.

Destacamos aqui, ainda, que a ação pedagógica para a alteridade não é uma descoberta oriental ou ocidental, mas sim indígena. E, contudo, não é uma solução para a educação indígena, mas sim a solução indígena para a educação, que estes povos podem oferecer para a sociedade como um todo.

REFERENCIAL TEÓRICO

BIASE, Helena. Contribuição da pedagogia Freinet na construção de escola indígena diferenciada na grande metrópole.

CANDAU, Vera; MOREIRA, Antonio (org.). Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas.

INEP. Escolas Indígenas no Brasil – 2003/2006. Disponível em: <www.inep.gov.br>

MELIÁ, Bartolomeu. Educação Indígena na Escola.